

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Do jeito que está, não dá

Os deputados ficaram muito impressionados com a palestra do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Eberaldo de Almeida, incisivo ao dizer que algo precisa ser feito para reduzir o número de variáveis que incidem sobre o preço dos combustíveis. E, mesmo sem a invasão russa na Ucrânia, o preço do barril projetado para este ano já estava alto. Uma das saídas que ele apontou é o país, por exemplo, investir mais nas energias renováveis.

## Portas fechadas

Se depender da bancada feminina no Congresso, Arthur do Val, o tal “Mamãe Falei”, não conseguirá filiação partidária para concorrer à reeleição. “No meu partido, ele não entra. E vamos começar uma campanha para que não seja recebido em nenhum”, sugere a deputada Soraya Santos (PL-RJ).

## Cadê a turma dele?

O ex-governador Geraldo Alckmin irá para o PSB, mas está difícil de arrastar um grupo grande de tucanos para o mesmo partido. Ainda que vá sozinho, parte do PT considera que ele ajudará o ex-presidente Lula, mas não tanto quanto se espera. Afinal, não é desprezível o número de tucanos que considera Alckmin um vira-casaca.

# A sinuca da gasolina

Nas rodas de conversas de parlamentares durante encontro da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, presidida pelo deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), era visível a irritação com o fato de o governo ainda não ter uma posição fechada a respeito dos quatro projetos sobre combustíveis que tramitam no Congresso. Há uma reclamação generalizada sobre a profusão de posicionamentos entre a área econômica, a política e o Planalto, sem que haja um rumo certo a seguir.

Enquanto o governo não fecha um posicionamento claro para resolver o problema do preço, a Frente Parlamentar começa a encontrar seus

consensos. Decidiu, por exemplo, que não apoiará medida que possa intervir na política de preços da Petrobras nem considera adequado o modelo de um fundo de estabilização para tentar reduzir a defasagem em relação ao mercado internacional. Até aqui, só há consenso sobre o projeto sobre a unificação das alíquotas do ICMS dos combustíveis, em discussão no Senado.

No Parlamento, está praticamente sedimentada a ideia de que ou o governo corre para apresentar seu projeto sobre o preço dos combustíveis, ou corre o risco de entrar atrasado nessa discussão, como fez agora com a questão da distribuição dos absorventes para mulheres carentes.



## CURTIDAS

**A hora de Amin/** O senador Esperidião Amin (PP-SC) assume na próxima semana a coordenação da Frente Parlamentar do Empreendedorismo no Senado, cargo que era ocupado pelo ex-senador Antonio Anastasia, o mais novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).



**Deu ruim/** O evento do grupo Voto (foto) apenas com palestrantes homens — o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Arthur Lira, e os ministros Paulo Guedes, Tarcísio de Freitas e o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia — foi bombardeado nas redes sociais. Sob o título “Na semana da mulher, o grupo Voto fomenta a participação feminina na política”, o encontro não apresentava a foto de sequer uma mulher.

**E não foi por falta de opção/** Não estavam na foto as ministras do governo, tais como Flávia Arruda, da Secretaria de Governo; Tereza Cristina, da Agricultura; ou Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que fez o pronunciamento que foi ao ar ontem à noite na TV e no rádio.

**São Paulo é de todos/** O ex-juiz Sergio Moro tem percorrido o país, mas fica mais tempo em São Paulo, centro nervoso da economia, onde a receptividade ao seu nome tem sido positiva, mesmo diante dos percalços do Podemos, como o caso de Mamãe Falei. Essa permanência na capital paulista é um sinal de que ele não desistiu de concorrer ao Planalto.

## TERRAS INDÍGENAS

# Lira quer votar PL da mineração

Casa mantém votação remota e articula requerimento de urgência para seguir sem comissão; oposição pede pela suspensão

» DEBORAH HANA CARDOSO

Líderes da Câmara dos Deputados discutiram, ontem, em reunião, a votação do projeto de lei (PL) 191/2020, que libera a mineração em terras indígenas. O líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), já colheu assinaturas para o requerimento de urgência e afirmou que a proposta será avaliada pelos líderes e pelas bancadas nesta semana. Por ser uma PL, o governo precisa apenas de maioria simples. A deputada Celina Leão (PP-DF), que também participou do encontro, disse que os parlamentares precisam de tempo para discutir o assunto.

No mesmo dia, um grupo de oito deputados de vários partidos apresentou um pedido a Lira para que suspenda a tramitação do projeto. O requerimento é assinado por Joenia Wapichana (Rede-RR), André Figueiredo (PDT-CE), Reginaldo Lopes (PT-MG), Alencar Santana Braga (PT-SP), Renildo Calheiros (PCdoB-PE), Sâmia Bomfim (PSol-SP), Bira do Pindaré (PSB-MA) e Wolney Queiroz (PDT-PE).

Nos bastidores, o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP) afirmou ao **Correio** que, para costurar o projeto, o presidente da Câmara se reuniu com líderes na residência oficial. “Tirou a discussão de dentro do Congresso e levou para a casa dele. Quando o colégio de líderes é aqui (Câmara), todos entramos no colégio de líderes. Lá, não”, apontou. Ainda de acordo com o parlamentar, Lira manteve a votação remota. “Esvaziou o plenário. Os deputados votam de casa e recebem o alinhamento ‘o governo quer que vote assim’. Assim, eles têm maioria. Assim que funciona”, reclamou.

O deputado Nilto Tatto (PT-SP) explicou que ainda há uma pressão do governo pela aprovação do projeto de lei. “Empresas de mineração estrangeiras e nacionais querem abrir o precedente. Esse é um PL inconstitucional. Bolsonaro fala em potássio utilizando a crise da Ucrânia, o que é mentira”, criticou. Do jeito como está desenhado, se aprovado, o Estatuto do Índio de 1973 deve perder o artigo que restringe aos indígenas a exploração de riquezas em suas terras. (Art 2º. Parágrafo IX).

Aos jornalistas, o deputado André Fufuca (PP-MA) disse que estava na Câmara para saber como andava a “situação” das bancadas. De acordo com Agostinho, a pauta do que seria votado no plenário contemplava o Dia Internacional da Mulher, algo que ele não discorda, mas observou: “Lira pode incluir, a qualquer momento, a votação da urgência do projeto (da mineração em terras indígenas) e, posteriormente, pode colocar para votar o mérito do projeto. Se aprova a urgência, não precisa passar por comissão nenhuma. A oposição está unida contra o tema, mas não temos mais que 150 votos contra a matéria. Do outro lado, difícil achar quem vote contra”.

O PL foi enviado em 2020 pelo então ministro da Justiça, Sergio Moro, e por Bento Albuquerque, chefe da pasta de Minas e Energia. Na época, a Câmara era presidida por Rodrigo Maia, que não pautou a matéria. Agora, sob a presidência de Lira, o texto volta à mesa para negociação. Ele já afirmou que os deputados precisam de coragem para debater o assunto.

Nilson Bastian /Câmara dos Deputados



Presidente da Câmara se reuniu com líderes, ontem, para tratar da aceleração da votação

## Inconstitucional

No documento assinado pelo grupo de parlamentares contrários ao projeto, eles afirmam que o PL “apresenta problemas evidentes de inconstitucionalidade e injuridicidade, como o disposto no art. 37 e afronta o Regimento Interno da Câmara”. Segundo os deputados, a proposta do Executivo desconsiderou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, do qual o Brasil é signatário, com relação à consulta tornada obrigatória pela referida Convenção, portanto, que não abrange apenas os processos administrativos decorrentes da legislação, incluem também as “medidas legislativas”.

“Não houve consulta formal às comunidades indígenas ou seus representantes para a elaboração do PL nº 191/2020, conflitando com os compromissos internacionais firmados pelo Brasil. Igualmente, não se considerou o artigo 19 da Declaração das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas”, alegam.

## Potássio

Em linha com o conflito na Europa, a escassez de fertilizantes pode atrapalhar a produtividade no agronegócio. O potássio (cloreto de potássio) pode ser usado como fertilizante e este tem sido o discurso para a tramitação do PL. O jornal *O*

*Estado de S. Paulo*, a partir de um levantamento feito por dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), mostrou que a maioria das minas de potássio estão localizadas fora das áreas indígenas. O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem defendido a exploração das terras para atenuar a dependência brasileira dos defensivos agrícolas russos.

“O solo brasileiro é pobre quando se trata de potássio e ele é importante para a produtividade de soja, o que interessa ao agronegócio. “O escândalo é que conseguimos mostrar que o potássio, que está sendo usado como motivo para pautar o texto, não está nas terras indígenas”, finalizou Rodrigo Agostinho.

## Plano de metas contra violência

Presidida pela deputada Celina Leão, a sessão de ontem na Câmara tratou de pautas voltadas ao público feminino em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Entre elas, a Casa aprovou projeto que condiciona o acesso a recursos federais relacionados à segurança pública e aos direitos humanos à elaboração, por estados e municípios, de um plano de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. A proposta irá ao Senado.

De autoria da deputada Leandre (PV-PR), o Projeto de Lei 501/19 foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). Segundo o texto, o plano de metas será decenal e com atualização obrigatória a cada dois anos a fim de monitorar a execução e os resultados das ações.

A Câmara aprovou, também, emendas do Senado ao projeto de lei que destina verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. A medida consta do PL 123/19, da deputada Renata Abreu (Pode-SP). Pelo texto que irá à sanção, ao menos 5% dos recursos empenhados do fundo deverão ter essa destinação.

Uma das emendas incluídas no projeto acrescenta mais um critério para os entes federados receberem esse tipo de recurso: o desenvolvimento e a implementação de um plano estadual ou distrital de combate à violência contra a mulher, com tratamento específico para as mulheres indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.